

# ABORDAGENS ARQUEOLÓGICAS NA AMAZÔNIA

Igor Chmyz\*

**RESUMO:** Este artigo relaciona as abordagens realizadas pelo Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas na Amazônia Brasileira e apresenta os textos referentes ao Estado do Amapá incluídos no presente volume da revista Arqueologia. Comenta, também, a prática arqueológica junto aos estudos de impacto ambiental;

**Palavras-chave:** Arqueologia do Amapá; Arqueologia da Bacia Amazônica; Estudos de Impacto Ambiental; Radiometria.

## INTRODUÇÃO

Este artigo, à guisa de apresentação dos textos publicados neste volume, historia sucintamente os trabalhos realizados pelo Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná - CEPA/UFPR - na Amazônia Legal Brasileira<sup>1</sup>.

Embora tenha sido criado em 1956 para formar arqueólogos e incentivar pesquisas no Estado do Paraná, o Centro tinha como finalidade, também, a execução de trabalhos em outros pontos do território brasileiro. Por isso, na sua trajetória, abordou sítios nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

No espaço da Amazônia tentou efetivar, em 1967, a sua primeira pesquisa. Na época, Rodrigo Mello Franco de Andrade, diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, desejando obter informações sobre a arqueologia do Maranhão, solicitou ao CEPA um projeto que, ao ser executado, fornecesse um diagnóstico das ocorrências na ilha de São Luís e nos lagos da Baixada Maranhense. Os dados mais consistentes daquelas regiões eram devidos a Raymundo Lopes, que as percorreu na primeira metade do século XX (1923;1931).

\* Pesquisador do CEPA/UFPR

---

<sup>1</sup> Espaço geográfico que, conforme o Decreto-Lei nº 5.173/66, abrangia os então territórios de Rondônia, Roraima e Amapá, os estados do Acre, Amazonas, Pará e Mato Grosso, além do Estado do Maranhão até o meridiano de 44º e o de Goiás até o paralelo de 13º.

Elaborado o Projeto Pericumã-Pindaré, prevendo prospecções nos sambaquis da ilha de São Luís e nas estearias junto aos rios Pericumã e Pindaré, constatou-se que a dotação orçamentária existente no IPHAN para a atividade naquele estado era insuficiente. Os entendimentos que se seguiram, para adequação do projeto à disponibilidade dos recursos, foram interrompidos devido ao protesto emanado do Museu Paraense Emílio Goeldi. A atividade planejada foi considerada como ingerência de instituições não pertencente à região.

Após a promulgação da Lei Nº 3.924/61, o IPHAN, não dispondo de estrutura adequada para aplicá-la, recorreu a pesquisadores de universidades e museus para auxiliá-lo na fiscalização e cadastramento de sítios arqueológicos. Poucas eram, entretanto, as entidades que dispunham de instalações e pessoal especializado para prestar a colaboração. Na Universidade Federal do Paraná, o diretor do CEPA, designado por meio de portaria daquele órgão, passou a atuar como seu representante para assuntos de arqueologia no Paraná, situação que perdurou até 1988. O Museu Goeldi centralizou a representação para a Amazônia Legal Brasileira.

O Projeto Arqueológico Pericumã-Pindaré não se concretizou e, em 1971, Mário Ferreira Simões, responsável pela Divisão de Arqueologia do Museu Goeldi, coordenou o Projeto São Luís e Cajari, enfocando os sambaquis da capital maranhense e as estearias do lago Cajari (MACHADO et alii, 1991:99; CORRÊA et alii, 1991:101).

Somente em 1975 foi possível ao CEPA a execução de uma pesquisa acadêmica na Amazônia. Existindo na cidade maranhense de Imperatriz um campus avançado da Universidade do Paraná, o projeto de arqueologia pôde ser desenvolvido nos seus arredores como atividade de extensão universitária. O campus, vinculando-se ao Projeto Rondon, proporcionou a locomoção do pessoal e a logística da pesquisa.

A equipe, integrada por alunos de arqueologia da universidade, prospeccionou a margem direita do rio Tocantins, desde Imperatriz até a confluência com o rio Araguaia. Foram localizados 7 sítios da tradição Tupiguarani, uma parte deles apresentando similitudes com os estudados por Napoleão Figueiredo (1965) nas margens do rio Itacaiúnas, um afluente do rio Tocantins no Pará. O oitavo sítio registrado correspondia a ocupação de grupo não ceramista, uma ocorrência rara na Amazônia (PROJETO RONDON-CEPA/UFPR, 1975).

Pouco depois, em 1977, trecho do baixo rio Tocantins foi selecionado para, com outras áreas, compor o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica – PRONAPABA, projeto co-patrocinado pelo Conselho Nacional de Pesquisas e Smithsonian Institution (MEGGERS et alii, 1988:276). O mesmo trecho comportou

também, até 1978, um projeto de salvamento arqueológico, coordenado por Mário F. Simões, com patrocínio da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE (SIMÕES e ARAÚJO-COSTA, 1987:11).

O CEPA deveria se associar ao PRONAPABA, continuando os trabalhos começados em Imperatriz e atuando em outras áreas amazônicas, porém, compromissos assumidos para a execução de salvamentos arqueológicos nos extensos espaços da UHE Itaipu no rio Paraná e UHE Salto Santiago no rio Iguaçu, inviabilizaram a intenção. Somente na década de 1990, dentro de uma nova situação determinada por avanços legislativos, o CEPA voltaria a desempenhar na Amazônia.

Com o surgimento da Resolução Nº 001, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, em 1986, e a paulatina implantação das coordenadorias regionais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desativando as suas antigas representações, a pesquisa arqueológica no Brasil enfrentou um período de incerteza. Enquanto a resolução do CONAMA tornava obrigatória a abordagem arqueológica em áreas que poderiam sofrer alterações em consequência de projetos desenvolvimentistas, o IPHAN, ainda não dispo de pessoal especializado em suas unidades administrativas e, centralizando o atendimento à arqueologia no Rio de Janeiro, tinha poucas condições para disciplinar a crescente demanda pelos estudos de impacto ambiental.

Atualmente, graças a mecanismos criados, arqueólogos autônomos ou filiados a instituições de pesquisa, credenciados e fiscalizados pelo IPHAN atuam junto a empreendimentos desenvolvimentistas, contribuindo na elaboração de estudos de impacto ambiental. Essa prática, somada à execução de projetos de salvamento seqüentes na maioria dos casos, ocasionou um vertiginoso acúmulo de dados sobre o passado do país, cuja divulgação, lamentavelmente, não o acompanha.

## **AS PESQUISAS**

Entre os anos de 1991 e 1995 o CEPA realizou quatro pesquisas no Estado do Amapá<sup>2</sup>. Todas visavam a coleta de dados para composição

---

<sup>2</sup> Os resultados dessas quatro abordagens foram selecionados para publicação no presente volume porque referem-se, predominantemente, ao Estado do Amapá. Dos textos originais foram suprimidos os capítulos que tratam dos conceitos em arqueologia, ocupação humana e periodização arqueológica por serem repetitivos. Para supri-los, foi acrescentado um texto contendo dados arqueológicos e etno-históricos dos espaços estudados. Esse texto foi preparado para subsidiar, com dados secundários, o EIA-RIMA de um projeto hidrelétrico no rio Jará, na divisa dos estados do Amapá e Pará.

de estudos de impacto ambiental. Em dois casos, os empreendimentos estavam ligados a rodovias, um a projeto de reflorestamento e, o quarto, a projetos interligados de reflorestamento e industrialização.

A primeira abordagem resultou de um incidente durante a audiência pública para apresentação do EIA-RIMA elaborado em função da rodovia BR-156, que ligaria as localidades de Rio Preto e Laranjal do Jari. Um dos participantes da audiência, morador próximo da segunda localidade e que exercia atividade extrativista na área afetada, protestou junto à coordenação dos estudos por não ter ouvido referências a um sítio arqueológico existente em frente à sua casa e, sobre o qual, piquetes da futura rodovia estavam fixados. Nos estudos apresentados, o tema arqueologia havia sido preparado por engenheiro florestal, com o auxílio de dados secundários.

A pendência criada pela inusitada intervenção foi solucionada em seguida, através do levantamento de trechos selecionados ao longo do traçado rodoviário, inclusive naqueles já abertos, localizando-se 10 sítios. O apontado pelo castanheiro, foi considerado na pesquisa de constatação e, após entendimentos mantidos com técnicos da obra e pequena alteração no traçado da rodovia, foi poupado.

Todos os sítios detectados eram relacionados a grupos ceramistas, sete deles correspondentes a ocupações indígenas e três a neobrasileiras; um daqueles, o AP-7: Abrigo-sob-rocha Tracua, selecionado para prospecção entre as várias reentrâncias existentes no local, apresentava sinalizações pintadas com tinta vermelha. Formado por figuras isoladas de antropomorfos, pegadas e círculos concêntricos, o conjunto mostra semelhanças com os registrados por Edithe Pereira (2003:135) na Serra do Ererê, no Município paraense de Monte Alegre.

Alguns anos antes, Hilbert e Barreto haviam realizado pesquisas na Gruta do Buracão, um dos abrigos daquele conjunto (1988); além de pinturas em vermelho existentes na parede, registraram lascas, núcleos e restos de fogão, entre 35 e 50cm de profundidade, no solo do abrigo, atribuindo-os a grupo não ceramista. Guapindaia e Machado (2000), divulgaram o resultado da datação do local:  $3750 \pm 110$  A.P. (BETA 30746).

No solo do abrigo prospecionado em 1991 foi constatada cerâmica simples até 25cm de profundidade. Amostra orgânica proveniente do corte praticado foi datado em  $3350 \pm 70$  A.P. ou  $1400 \pm 70$  a.C. (BETA 77363). Juntamente com a cerâmica ocorreu fragmento de hematita com a mesma tonalidade das pinturas, inferindo que os traços arqueológicos do solo do abrigo sejam contemporâneos das pinturas.

Outro sítio encontrado no traçado da BR-156 teve amostra orgânica datada posteriormente. Trata-se do AP-2: Rio Cajari, cuja camada cultural localizava-se entre 210 e 215cm de profundidade, em

terraço fluvial. Temperada com diversos antiplásticos, a cerâmica apresenta faces alisadas, com engobo alaranjado; poucos fragmentos mostram decorações por meio de incisões largas e modelagens aplicadas na borda. A camada de ocupação foi datada de 4130±80 A.P. ou 2180 a.C. (BETA 77362).

O segundo estudo, também efetuado em 1991, enfocou uma gleba de floresta no Município de Laranjal do Jari, na qual, a Companhia Florestal Monte Dourado pretendia implantar atividade de reflorestamento com espécies apropriadas para fabricação de papel. Esta companhia sucedeu a Jari Florestal e Agropecuária Ltda., empresa fundada por Daniel Keith Ludwig, em 1967, abrangendo áreas com 1.174.391ha no Pará e 457.730ha no Amapá (LINS, 1991:130).

Devido à densa cobertura vegetal da gleba, as prospecções somente puderam ser praticadas nas picadas abertas para o levantamento topográfico. Apesar do longo tempo dispendido nas caminhadas, foi possível o registro de dois sítios ligados a grupos ceramistas, um deles indicado pela composição um pouco diferenciada da mata.

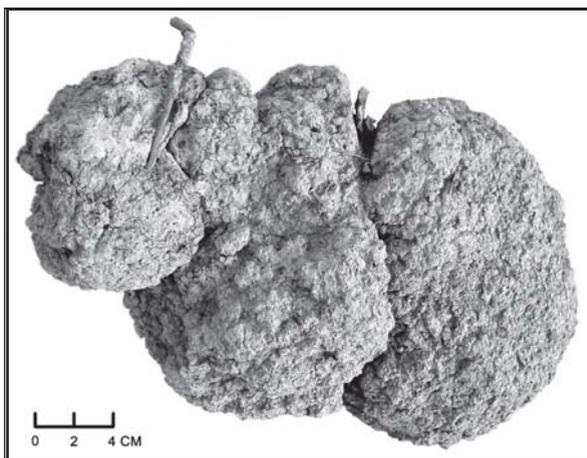
Datações foram posteriormente obtidas para os dois sítios. No denominado AP-Felipe-1: Igarapé do Quiquió, que proporcionou fragmentos de cerâmica simples com aplicações modeladas discóides entre 25 e 30cm de profundidade, a data alcançou 350±60 A.P. ou 1600±60 d.C. (BETA 77365). O cariapé e a areia são os antiplásticos predominantes na cerâmica.

No sítio AP-Felipe-2: Igarapé do Marimbondo, com camada arqueológica situada entre 40 e 80cm de profundidade, a datação foi de 1990±50 A.P. ou 40±50 a.C. (BETA 77364)<sup>3</sup>. A cerâmica recolhida amostralmente nesse sítio é, da mesma forma, predominantemente simples e temperada com cariapé e areia.

Objetivando-se a coleta de dados complementares para o estudo, prospecções foram estendidas para a margem oposta do rio Jari, no Estado do Pará, enfocando algumas áreas impactadas por reflorestamentos antigos da Companhia Florestal Monte Dourado. Entre os locais encontrados ou informados por funcionários da empresa, as atividades restringiram-se aos sítios PA-Jari 1: Rio Pacanari e PA-Jari-2: Rio Caracuru; nois locais, sítios foram encontrados; apresentavam graus diferenciados de perturbações, conforme a intensidade do impacto, mas possibilitaram o registro da dispersão dos traços arqueológicos e, em um deles, também das bases das habitações. A filiação cultural desses sítios é discutida no texto publicado adiante.

<sup>3</sup>As datações radiométricas aqui divulgadas são devidas à dra. Betty J. Meggers, do Smithsonian Institution, que intermediou as amostras junto ao laboratório especializado, em 1 de dezembro de 1994.

Na área do sítio PA-Jari-2, entre a margem de uma estrada carroçável e a mata, foram localizadas duas massas ressecadas e compactas, logo identificadas como “pães de farinha de mandioca dos índios” pelo guia. Haviam sido expostas pela ação da motoniveladora, encontrando-se uma delas esmagada; a outra recebera alguns golpes de facão. Esta era formada por três porções de formato hemisférico e interligadas, duas grandes e uma pequena (Fig. 1). Na superfície rugosa e de coloração cinza-claro havia partículas de carvão. Internamente, a massa apresentava a mesma coloração e mostrava-se trincada devido ao ressecamento.



**Figura 1. Massa ressecada encontrada no sítio PA-Jari-2: Rio Caracuru.**

Embora guarde semelhanças com os pães de farinha de mandioca produzidos por índios do Xingu (GALVÃO, 1963:129 e fig. 6), as massas ressecadas do sítio podem corresponder a fungos comestíveis, conforme Araújo e Sousa (1978:316).

Em 1992, pesquisas foram realizadas ao lado de um trecho com cerca de 50km da projetada rodovia EAP-070. A rodovia era pavimentada entre Macapá e a localidade de Itaúba; deste ponto até os arredores de Santa Luzia do Pacuí, ainda em terreno firme, a estrada já estava aberta, dando condições de tráfego.

No projeto elaborado para a sua continuidade em direção à foz do rio Gurijuba, no rio Amazonas, a estrada deveria acompanhar a margem esquerda daquele rio. Problemas de ordem técnica, principalmente devidos à existência de extensas baixadas alagáveis, determinaram estudos alternativos para o traçado original.

Como até o momento da pesquisa arqueológica não houvesse uma definição para o traçado, embora a utilização de terrenos na margem direita do rio Gurijuba fosse apontada como viável para o empreendimento, optou-se pela prospecção nas margens dos rios Pacuí e Gurijuba, a qual poderia proporcionar informações sobre ocupações pretéritas aplicáveis a ambos.

Nove sítios foram localizados, 7 correspondendo a ocupações indígenas e 2 a neobrasileiras. No espaço de um daqueles ocorreu, também, intrusão de traços neobrasileiros e, na área de um sítio neobrasileiro, foram encontrados indícios de assentamento mais antigo, de origem indígena.

Urnas funerárias foram constatadas em dois sítios da margem do rio Pacuí. Ambos estavam perturbados por assentamentos recentes. Em um deles, o EAP-070-1: Santa Luzia do Pacuí, uma urna funerária teve de ser escavada devido à iminência de destruição. No sítio EAP-070-5: São Miguel, cerca de dez urnas funerárias afloravam em consequência das perturbações causadas pelos moradores atuais e estavam, como a anterior, sujeitas a vandalismo. O salvamento dessas peças não foi possível.

A última abordagem no Estado do Amapá foi realizada em 1995, junto ao empreendimento da Champion Papel e Celulose Ltda., que previa a implantação de um projeto florestal, um projeto industrial e um terminal portuário. Situadas em espaços distintos, as áreas do empreendimento encontravam-se próximas ou englobando aquelas pesquisadas por Coudreau (1887), Guedes (1896), Nimuendajú (1923/25) e Meggers e Evans (1948/9), além da estudada ao longo do traçado da rodovia EAP-070 (1992).

As prospecções arqueológicas limitaram-se a terrenos já adquiridos na área que seria utilizada para o plantio de árvores e ao terminal portuário, este localizado ao sul, na foz do rio Matapi. Pouco se pesquisou na área do projeto industrial porque a sua aquisição ainda estava sendo negociada pela empresa.

Na área do projeto florestal foram encontrados indícios de 11 ocupações, nove deles relacionados a indígenas e dois a neobrasileiros; na do terminal portuário, o indício constatado referia-se a assentamento indígena.

Em 1998 novos levantamentos arqueológicos foram praticados na Amazônia, desta vez enfocando a ilha do Marajó, no Estado do Pará. Foram motivados por um projeto hidroviário da Companhia Docas do Pará. O projeto previa a interligação hidroviária dos rios Anajás e Atua, com a abertura de canal e retificações de trechos meandrosos dos cursos fluviais.

Durante as pesquisas efetuadas por Betty J. Meggers e Clifford Evans na região da foz do rio Amazonas, em 1948 e 1949, sítios arqueológicos foram por eles escavados na ilha do Marajó. Seus trabalhos concentraram-se na margem norte da ilha, ao lado do lago Arari e nas cabeceiras do rio Anajás e possibilitaram o estabelecimento das fases cerâmicas Ananatuba, Mangueiras, Formiga, Marajoara e Aruã (MEGGERS; EVANS, 1957:168).

As prospecções realizadas para fins de EIA-RIMA do empreendimento hidroviário, ativeram-se aos trechos dos rios que seriam impactados. As dificuldades operacionais próprias de ambiente densamente florestado foram superadas com a utilização, para os trabalhos de campo, de barco-dormitório e lancha. Entre os 17 sítios constatados, a maioria pôde ser filiada às fases definidas por Meggers e Evans; alguns, porém, não foram identificados devido à falta de referenciais comparativos ou à insuficiência da amostragem. A tradição Neobrasileira foi representada por três sítios. Nas áreas de várias ocupações de origem indígena foram constatados, ainda, evidências de reocupações por grupos tribais distintos ou neobrasileiros. Esses dados atestam a alta densidade ocupacional pretérita nos curtos trechos estudados (CHMYZ et alii, 1998).

O acervo formado durante a prospecção, constituído por 1.018 peças cerâmicas, líticas, vítreas e metálicas foi, posteriormente, remetido para o Museu Paraense Emílio Goeldi.

Na presente década três trabalhos foram executados pelo CEPA, todos em função de estudos de impacto ambiental. O primeiro deles foi desenvolvido em 2001, no Estado do Maranhão, junto ao Centro de Lançamento de Alcântara. O empreendimento era da Agência Espacial Brasileira e previa a implantação de um atracadouro de cargas e de uma via de acesso à rodovia MA-106.

Ao longo do traçado da estrada projetada, com pouco mais de 6km de extensão e 100m de largura, foram detectados 9 sítios que seriam total ou parcialmente afetados; na área prevista para o porto foram encontrados 2 sítios.

Entre os sítios cerâmicos registrados, alguns abrangendo grandes áreas e camadas de ocupação com até um metro de espessura, quatro filiaram-se à tradição Tupiguarani e dois à Neobrasileira; outras quatro permanecem sem filiação e representam, provavelmente, manifestações culturais inéditas na arqueologia brasileira. Um dos encontrados na área do porto corresponde a uma ocupação de caçadores-coletores.

Um recipiente cerâmico, perturbado por terraplenagem efetuada em agrovila situada ao lado da via projetada, foi recolhido durante as pesquisas (CHMYZ et alii, 2002).

O segundo trabalho transcorreu no Estado do Mato Grosso, em 2002, ao longo de linha de transmissão de energia planejada por Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE. A linha projetada, estendendo-se por 360km, ligará a subestação de Coxipó, ao lado de Cuiabá, à de Jauru, a oeste.

Para a composição do EIA-RIMA do empreendimento foram utilizados, pelo arqueólogo daquela concessionária, dados secundários; nenhum sítio era conhecido na área em pauta. O estudo realizado pelo CEPA objetivou, portanto, a constatação do patrimônio arqueológico existente na faixa de domínio da linha de transmissão e nos espaços imediatos que a margeavam, a elaboração do diagnóstico das ocorrências e a estruturação de um programa de salvamento.

As prospecções, que consumiram quatro meses, desenvolveram-se em meio a torres já instaladas, a covas abertas para implantação de sapatas e a trechos em que a direção da linha de transmissão estava apenas assinalada por piquetes. Em grande parte do espaço percorrido constatou-se um ambiente degradado em consequência das atividades agropecuárias.

Tratando-se esta de uma pesquisa de varredura completa, o número de sítios registrados, 93, foi considerado médio em relação à extensão da área. É possível que tal quadro se deva a condições ambientais desfavoráveis ali existentes, como a baixa fertilidade do solo, rede de drenagem rarefeita e amplos espaços inundáveis. Os acervos recolhidos junto aos sítios, porém, indicam grande diversidade étnica dos seus produtores, muitos deles ainda não identificados devido à carência de estudos comparativos (CHMYZ et alii, 2002).

O último levantamento foi praticado no Estado de Tocantins, em 2005, nas áreas de ampliação de pastagens da Fazenda Lagoa da Prata, por solicitação da empresa Agrodiamante Pecuária e Agroflorestal Ltda. Situadas no Município de Formoso do Araguaia, na margem do rio Javaés e ao lado da ilha do Bananal, as áreas florestadas ou impactadas por pastagens anteriormente formadas revelaram indícios arqueológicos em três pontos. Eram constituídos por fragmentos de recipientes cerâmicos simples.

Monitoramento deverá ser implantado concomitantemente ao desmate programado prevendo-se, inclusive, a execução de salvamento no caso de sítios arqueológicos serem constatados nessa etapa (CHMYZ; THOMAZ, 2005).

## **OS ACERVOS**

Com exceção das coleções recolhidas durante o levantamento efetuado na área da Hidrovia da Ilha do Marajó, que foram encaminhadas

para o Museu Paraense Emílio Goeldi, as demais, provenientes das abordagens feitas pelo CEPA na Bacia Amazônica, permanecem sob a sua guarda. São, em geral, pequenas amostras reunidas para fins de diagnóstico. As mais volumosas são as procedentes do Projeto Rondon, no Maranhão, e as da prospecção realizada na área da Companhia Florestal Monte Dourado, no Pará. Esses acervos têm sido utilizados como material didático nas aulas de arqueologia e nas mostras museológicas da Universidade Federal do Paraná.

Anteriormente, coleções-tipo das ocupações amazônicas haviam sido cedidas pelo Museu Paraense Emílio Goeldi e Museu Nacional para integrarem as exposições do Museu de Arqueologia e Artes Populares, inaugurado pela Universidade Federal do Paraná em 1963, em Paranaguá.

Na década de 1970, o CEPA acolheu, para análise, uma parte do material escavado por Osamo Sato no pantanal do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul<sup>4</sup>. As evidências processadas referiam-se às escavações feitas por Sato em Sanguessuga, na margem do rio Miranda, a noroeste da cidade homônima. Na coleção havia material relativo à tradição Tupiguarani e outro com elementos atribuíveis, em parte, à tradição Pantanal. Seus relatórios e as informações que prestou pessoalmente ou por meio de correspondência possibilitaram a recuperação dos procedimentos que adotou em campo, inclusive sobre a superposição da ocupação Tupiguarani no sítio trabalhado.

A coleção foi devolvida para a sua cidade em 1982 e, após o seu falecimento, juntamente com as outras que reunira, acabou integrada ao Museu Saburo Yamanaka, em Bastos.

Em certas ocasiões, além da obtenção de amostras em sítios prospecionados para os estudos de impacto ambiental, pequenas escavações emergenciais tiveram de ser praticadas. Envolveram recipientes cerâmicos expostos e fragmentados nos pátios de residências e que seriam dispersados pelos moradores movidos pela curiosidade ou pela cobiça, caso não fossem retirados no momento da pesquisa.

---

<sup>4</sup> Osamo Sato era um imigrante japonês radicado na região de Mirandópolis (Primeira Aliança), no noroeste de São Paulo. Dedicado à cafeicultura realizava, após a colheita, coletas de material arqueológico na sua região e em pontos mais distantes, onde seus patrícios estavam instalados. Chegou a publicar, em 1967, na revista Geográfica, os resultados dos seus trabalhos no porto Barranco Vermelho situado na margem do rio Paraguai, a sudoeste de Cuiabá. Além de pertencer à Sociedade Geográfica Brasileira, como sócio nº 1.473, Sato era membro da Sociedade Arqueológica Brasileira de Amadores. Esta entidade, com sede na capital paulista desde 1936, sucedeu o Instituto de Pesquisa de Ciência Natural Kurihara, criado em 1932 na Colônia Japonesa de Primeira Aliança, para incentivar, entre os imigrantes nipônicos, os estudos meteorológicos, astronômicos, botânicos e arqueológicos (SAKAI, 1981:98).

Uma tampa de urna funerária Maracá, colhida em sítio na localidade de Pocinho, foi presenteada aos condutores das prospecções ao longo da rodovia BR-156, no Amapá. Servia de brinquedo para as crianças de uma numerosa família na margem da rodovia em construção (Fig. 2). E seria doada para qualquer outra pessoa que manifestasse interesse em tê-la.

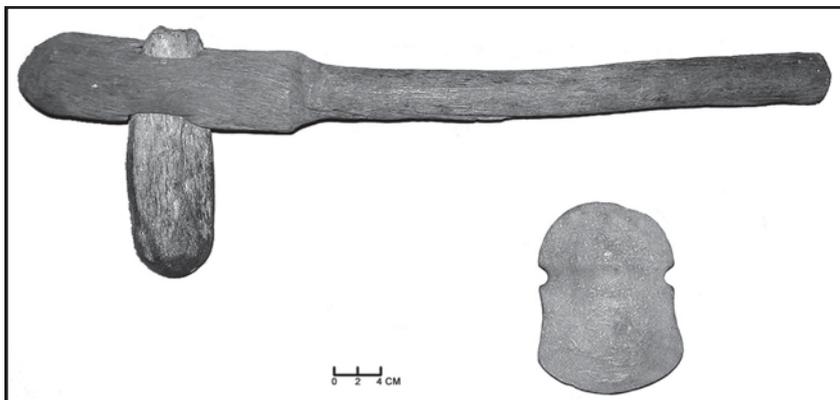
É provável que essa tampa tenha sido retirada da Lapa do Pocinho ou da Gruta do Pocinho, sítios pesquisados por Guapindaia e Machado na área do igarapé do Lago (2000), nos quais ocorreram urnas antropomorfas e zoomorfas Maracá.



**Figura 2. Tampa de urna funerária (seta) em poder de família radicada ao lado da rodovia BR-156, no Amapá.**

Contatos com peças arqueológicas da Amazônia acontecem, às vezes, em lugares inusitados, como na cidade paranaense de Ivaiporã. Hospedada em hotel daquela cidade durante pesquisas, a equipe do CEPA recebeu, do seu proprietário uma lâmina de machado e um machado encabado que estavam em seu poder desde 1986 (Fig. 3). Ambos haviam sido por ele encontrados no garimpo do Cabeça, quando, além dos serviços de táxi-aéreo que prestava, dedicava-se àquela atividade. Conforme suas informações, o garimpo distava 80km ao sul da cidade matogrossense de Alta Floresta, nas margens do rio Paranaíta, um afluente do rio Tapajós. Retirou-as do terraço fluvial, a grande profundidade, no momento em que desmontava o barranco com jatos de água.

Outras vezes, cerâmicas e artefatos líticos são trazidos por garimpeiros ávidos em saber sua idade e, principalmente, seu valor monetário. A eles são fornecidos os endereços das superintendências do IPHAN.



**Figura 3. Artefatos arqueológicos procedentes do garimpo do Cabeça, no rio Paranaíta, em Mato Grosso. Recolhidas em 1986 por Devanir Vanalli e doadas para o CEPA/UFPR em 2004.**

### CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Como foi mencionado, das várias pesquisas realizadas pelo CEPA na Amazônia, apenas uma foi desenvolvida anteriormente ao surgimento da Resolução Nº 001/86, do CONAMA. As demais são posteriores e vinculadas a estudos de impacto ambiental. Enfocaram áreas pretendidas para empreendimentos viários, industriais, florestais, agropecuários e energético. Em todas as áreas, trabalhadas amostralmente ou de forma intensiva e extensa, sítios arqueológicos foram constatados. Alguns dos empreendimentos inicialmente citados não chegaram a ser implantados, porém, os que o foram, não levaram em consideração as recomendações explicitadas nos relatórios de pesquisa para que o impacto negativo que causariam ao patrimônio arqueológico nelas constatado fosse mitigado por meio de programas de salvamento.

É preciso que se diga que, nos primeiros anos da vigência da citada resolução do CONAMA, a execução do EIA-RIMA era interpretada por muitos empreendedores como etapa liberatória das obras pretendidas. Durante o levantamento realizado ao longo da BR-156, por exemplo, verificou-se que vários trechos do seu traçado encontravam-se abertos, ocasionando danos a sítios arqueológicos, ou seja, o empreendimento já estava sendo implantado enquanto o EIA-RIMA transcorria para avaliar a sua viabilidade.

Entendia-se, também, naquela época, que os levantamentos arqueológicos realizados para fins de EIA-RIMA independiam da

autorização do IPHAN, por não se caracterizarem como pesquisas sistemáticas. Por isso, a arqueologia, em muitos estudos de impacto ambiental, era tratada por engenheiro, geólogo ou qualquer outro profissional pertencente às próprias empresas de consultoria, baseando-se em obras gerais de arqueologia brasileira ou valendo-se de informações colhidas junto a instituições de pesquisa. Em outros estudos a arqueologia sequer era considerada.

Em que pesasse a existência da Lei Nº 3.924/61, submetendo ao poder público a proteção dos sítios arqueológicos e da Portaria Nº 07/88, por meio da qual o IPHAN regulamentava as pesquisas no país, a prática de constatação de patrimônio arqueológico junto a projetos desenvolvimentistas prevista na resolução do CONAMA permanecia desregrada.

Durante encontro promovido pelo Departamento de Proteção do IPHAN, em 1995, para a estruturação de um projeto de recadastramento dos sítios arqueológicos nacionais, os coordenadores de centros de pesquisa presentes tiveram a oportunidade de expôr problemas enfrentados no seu dia-a-dia, entre os quais, o dos estudos de impacto ambiental. Das sugestões encaminhadas ao IPHAN, pelo grupo reunido, figurou a que considerava como fundamental a presença daquele órgão no processo de licenciamento de empreendimentos de engenharia que interferissem no uso do solo, ameaçando os bens culturais nele encerrados.

Situações como as apontadas na Bacia Amazônica, ocorriam também em outras partes do Brasil. No Estado do Paraná, somente em 4 de novembro de 1998, quando a 10ª Superintendência do IPHAN, ao encaminhar ao CEPA o modelo de ficha de registro de sítio arqueológico para o Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico Brasileiro explicitou, em ofício, que toda pesquisa arqueológica de campo deveria ter autorização daquele órgão, **inclusive para a elaboração de EIA-RIMA**. Alguns anos depois, em dezembro de 2002, o IPHAN publicou a Portaria Nº 244, estabelecendo os procedimentos de arqueologia ligados aos empreendimentos desenvolvimentistas, compatibilizando-os com as fases de licenças ambientais: a prévia, a de instalação e a de operação.

**ABSTRACT:** This paper relates the approach by the Archeological studies and research center to the Brazilian Amazonia and includes in this number of the archeological review the texts referred to Amapá state. It is a commentary about the archeological use in the environmental impact assents.

**KEY - WORDS:** Archeology of Amapá; Archeology of Amazon Basin, Environmental impact assents; Radiometry.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I.J.S.; SOUSA, M.A. Nota prévia sobre o “pão-de-índio” da Amazônia brasileira. **Acta Amazônica**. Belém, v. 8, n. 2, p. 316-318. 1978.

CHMYZ, Igor; CHMYZ, João C. G.; BROCHIER, Laércio L. **Relatório técnico do levantamento arqueológico realizado na área da Hidrovia do Marajó (Ilha do Marajó), Pará**. Curitiba: CEMA Consultoria em Meio Ambiente – CEPA/UFPR, 30p. 1998.

CHMYZ, Igor; SGANZERLA, Eliane M.; VOLCOV, Jonas E. **Relatório do levantamento realizado na área de implantação do Atracadouro de Cargas do Centro de Lançamento de Alcântara e de sua Via de Acesso, no município de Alcântara, Maranhão**. Curitiba: STCP Engenharia de Projetos Ltda. – CEPA/UFPR, 25p. 2001.

CHMYZ, Igor; CHMYZ, João C. G.; BORA, Eloj; THOMAZ, Júlio C. T.; CARDEAL FILHO, Alfredo. **Relatório técnico conclusivo do projeto para constatação de patrimônio arqueológico ao longo da Linha de Transmissão em 230kv Jauru-Coxipó, Mato Grosso**. Curitiba: ELETRONORTE-FUNPAR-CEPA/UFPR, 77p. 2003.

CHMYZ, João C. G. ; THOMAZ, Julio C. T. **Levantamento arqueológico nas áreas de ampliação de pastagens na Fazenda Lagoa da Prata, Formoso do Araguaia, Tocantins**. Curitiba: Agrodiamante Pecuária e Agroflorestal Ltda.-CEPA/UFPR, 34p. 2005.

CORRÊA, Conceição G.; MACHADO, Ana L.; LOPES, Daniel F. As estearias do Lago Cajari, MA. **Clio. Série Arqueológica**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Número Extraordinário, v. 4, p. 101-103 (Anais do 1º Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro). 1991.

FIGUEIREDO, Napoleão. A cerâmica arqueológica do rio Itacaiúnas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Antropologia. Belém, n. 27, p. 1-18. 1965.

GALVÃO, Eduardo. Elementos básicos da horticultura de subsistência indígena. **Revista do Museu Paulista**, N.S. São Paulo, v. 14, p. 120-144. 1963.

GUAPINDAIA, Vera; MACHADO, Ana L. da C. O potencial arqueológico

da região do Rio Macapá, Igarapé do Lago (AP). **Anais da 9ª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Rio de Janeiro. 2000. (em CD Rom).

HILBERT, Klaus; BARRETO, Mauro V. **Relatório de Viagem do Projeto de Levantamento de Sítios Pré-cerâmicos no rio Maracá** – AP. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 43p. (Rel. Int. – Datil.) 1998.

LINS, Cristóvão. **Jari: 70 anos de história**. Rio de Janeiro: DATAFORMA; Almeirim: Prefeitura Municipal, 240p. 1991.

LOPES, Raymundo. A civilização lacustre do Brasil. **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 87-109. 1923.

\_\_\_\_\_. Entre a Amazônia e o Sertão. **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p.159-186. 1931.

MACHADO, Ana L.; CORRÊA, Conceição G.; LOPES, Daniel F. Os sambaquis da Ilha de São Luís. **Clio. Série Arqueológica**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Número Extraordinário, v. 4, p. 99-100 (Anais do 1º Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro). 1991.

MEGGERS, Betty J.; EVANS, Clifford. **Archaeological investigations at the mouth of the Amazon**. Washington D.C.: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology. Bulletin 167, 664p. 1957.

MEGGERS, Betty J.; DIAS, Ondemar F.; MILLER, Eurico Th.; PEROTA; Celso. Implications of Archeological Distributions in Amazonia. In: W.R. Heyer; P.E. Vanzolini (Ed.). **Proceedings of a Workshop on Neotropical Distribution Patterns**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências. p. 275-294. 1988.

PEREIRA, Edithe. **Arte rupestre na Amazônia-Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; São Paulo: UNESP. 245p. 2003.

PROJETO RONDON-CEPA/UFPR. **Relatório das pesquisas arqueológicas realizadas no Município de Imperatriz-MA**. Curitiba, Projeto Rondon, Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, Universidade Federal do Paraná, 12p. 1975.

SAKAI, Kiju. **Notas arqueológicas do Estado de São Paulo**. São Paulo:

Instituto Paulista de Arqueologia. 101p. 1981.

SATO, Osamo. Escavações arqueológicas em Barranco Vermelho. **Geográfica**. Sociedade Geográfica Brasileira. São Paulo, n. 16, p. 43-48. 1967.

SIMÕES, Mário F.; ARAÚJO-COSTA, Fernanda de. Pesquisas Arqueológicas no Baixo Tocantins (Pará). **Revista de Arqueologia**. Belém, CNPq e Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 4, n. 1, p. 11-27. 1987.